

O GOVERNO DE SALVADOR ALLENDE NO CHILE: ATUAÇÃO DOS TRABALHADORES E A ORGANIZAÇÃO DE NOVAS RELAÇÕES DE TRABALHO

ELISA DE CAMPOS BORGES*

RESUMO

Este artigo aborda a relação entre a aplicação de parte do programa da Unidade Popular (UP), durante o governo do socialista Salvador Allende (1970-1973) e as novas perspectivas geradas para os trabalhadores chilenos, principalmente no que diz respeito às mudanças no seu cotidiano de trabalho. O governo popular alterou as relações entre trabalhadores/trabalho/direção das indústrias, principalmente a partir do processo de estatização do setor produtivo. Além de melhores condições de trabalho, a criação de um sistema de participação no interior das indústrias gerou novas expectativas para o trabalhador, mas ao mesmo tempo tornou-se espaço de conflito e disputa na implantação do programa do governo popular.

PALAVRAS-CHAVE: unidade popular, trabalhadores, sistema de participação.

ABSTRACT

This article discusses the relationship between the application of part of the Popular Unity (UP) program during the socialist government of Salvador Allende (1970-1973) and the new perspectives generated to the Chilean workers, especially with regard to changes in their daily work. The popular government changed the relations between workers / labor / industries management, mainly from the process of nationalization of the productive sector. In addition to better working conditions, the creation of a system of participation within the industries generated new expectations to the employee, but at the same time it became space of conflicts and dispute in the implementation of the popular government program

KEYWORDS: popular unity, workers participation system.

A vitória de Allende: estatização dos meios de produção e sua repercussão entre os trabalhadores.

A eleição do socialista Salvador Allende, em 1970 no Chile, significou a vitória inicial de um projeto único na América Latina: abrir caminho ao socialismo por meio de mudanças profundas no sistema econômico, político e social do país, sem revolução armada. Era a chamada “via chilena ao socialismo” que apostava na conquista do poder executivo e legislativo, na participação popular e no desenvolvimento da economia por meio da nacionalização das áreas econômicas estratégicas, para iniciar o processo de transição para o novo sistema.

A Unidade Popular estabeleceu prioridades na implantação do seu programa político que pode ser representada por um tripé que sustentaria o projeto geral de transição ao socialismo: a) nacionalização de riquezas básicas e estatização de parte dos meios de produção; b) organização de um sistema de participação dos trabalhadores; e c) estabelecimento de uma nova ordem institucional – o Estado Popular, caracterizado no programa político, aprovado em 1969, como Poder Popular.

Na prática, essa estratégia transformou os meios de produção e a ação dos trabalhadores nos dois núcleos centrais das ações da UP, provocando mudanças importantes no sistema de trabalho e na maneira de atuar dos trabalhadores e sindicatos chilenos. Essa opção colocou em relevo a importância da atuação dos trabalhadores no processo. Para tanto, reconhecia a necessidade de se apoiar na atuação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), que, além de representar historicamente os trabalhadores, era conduzida por militantes do Partido Comunista (PC) e do Partido Socialista (PS), principais partidos da coalizão.

A nacionalização e estatização de parte da economia em conjunto com a implantação de um sistema de participação dos trabalhadores, delineado a partir da elaboração da *Acta de Acuerdo CUT-Gobierno* em

1971, criaram as condições fundamentais para a discussão de temas como a gestão participativa nas indústrias e do próprio poder popular. Esses dois processos (estatização/nacionalização e adoção do sistema participativo) alteraram as relações entre trabalhadores/trabalho/direção da empresa. Além de salários mais altos e de melhores condições de trabalho, houve um crescimento real da produtividade em várias empresas nacionalizadas, até 1972 quando o governo passa a enfrentar constantes crises econômicas e políticas de grande envergadura. Os trabalhadores também passaram a participar das decisões internas das empresas do Estado por meio de conselhos. Essas questões, portanto, foram fundamentais para o desenvolvimento de novas formas de organização e atuação política que envolvia o espaço de trabalho, trabalhador, sindicatos e militantes dos partidos.

A classe trabalhadora era representada pela UP como a “vanguarda” da revolução de novo tipo. Como enfatizava Allende, os trabalhadores eram essencialmente os sujeitos da revolução. O fundamental era organizá-los e, principalmente, sindicalizá-los, para que pudessem auxiliar as políticas do Estado. Essa questão parece-nos fundamental, porque os mecanismos criados pelo governo para gerir o sistema de participação dos trabalhadores estariam sempre caminhando no sentido de envolver os sindicatos existentes, sob a liderança da CUT. Segundo o presidente Allende, o movimento organizado deveria conduzir a ação revolucionária dos trabalhadores nas indústrias, inclusive, porque as mudanças seriam graduais, planejadas e a pressão por um ritmo mais acelerado do processo poderia trazer riscos à implementação do projeto. Assim, para a UP, o sindicato seria o espaço de discussão, convencimento e principalmente orientação dos trabalhadores para atuação conjunta com o governo, diminuindo qualquer possibilidade de ações “espontâneas”.

Após diversas discussões políticas, o governo estabeleceu uma lista de 90 indústrias prioritárias que deveriam integrar a Área de Propriedade Social (APS), mas na prática, foi a pressão dos trabalhadores pela estatização de todas as indústrias do país e os embates com a direita política que estabeleceram o tamanho da APS.

Os movimentos populares, principalmente os sindicatos polarizados pela esquerda do Partido Socialista (PS) e pelo Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR), transformaram as ações de ocupação em pressão para forçar o processo de estatização dos meios de produção. Uma onda de ocupação de indústrias ocorreu em todo o país já no início do ano de 1971. O PC e setores moderados do PS condenaram esse tipo de ação argumentando que as ocupações atrapalhavam o governo e fortaleciam o discurso da direita de que o governo popular havia estabelecido o caos na sociedade chilena.

Segundo Mario Olivares,¹ as ações de ocupação eram realizadas sem qualquer alarde para surpreender a direção da indústria e o governo, e, por isso, eram organizadas por setores “mais conscientes”, mais comprometidos e organizados, geralmente trabalhadores de esquerda. Olivares relatou ainda que a eleição do governo popular foi como um “rastros de pólvora” que despertou a consciência política e ideológica dos trabalhadores, que se traduziram em atuações mais radicalizadas da base.

O problema é que o governo nunca conseguiu aprovar uma lei que estabelecesse critérios para a organização das três áreas da economia (área de propriedade social, área de capital misto e área privada).² Estabeleceu-se, portanto, uma tensa relação entre governo e movimentos populares, tornando-se extremamente difícil para os funcionários do governo, que também eram militantes, negar petições de intervenção de indústrias ocupadas por trabalhadores.

As ações de ocupação foram tão intensas que, segundo dados apresentados pela revista Chile Hoy,³ em julho de 1972, das 90 empresas

que faziam parte do projeto do governo rejeitado pelo parlamento, apenas 28 estavam sob intervenção ou requisitadas e 10 haviam sido adquiridas pelo Estado. No entanto, ao total, em 1973, havia 285 empresas sob a administração do governo. A maioria das indústrias ocupadas ou mesmo requisitadas não estavam contidas na lista prioritária do governo, conforme os dados abaixo apresentados, demonstrando que o governo e a própria CUT já não controlavam a ação dos trabalhadores que atuavam independentemente da orientação do governo.

Tabela 1 – Número de Estabelecimentos Industriais Controlados pelo Estado Chileno.

| Formas de Controle | Nov. 1970 | Dez. 1971 | Dez. 1972 | Mai. 1973 |
|-------------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| Propriedade Estatal | 31 | 62 | 103 | 165 |
| Sob Intervenção ou Requisição | - | 39 | 99 | 120 |
| Total | 31 | 101 | 202 | 285 |

Fonte: Troncoso,1988

Enquanto empresários e grêmios patronais exigiam a devolução das empresas ocupadas, a esquerda do PS, miristas e movimentos populares não admitiam qualquer ação que significasse a possibilidade de retrocesso no processo iniciado, e chegaram, inclusive, a lançar o slogan *No a la devolución*. A CUT, por sua vez, tinha posição dúbia em relação a esse processo, já que era contrária às ocupações não acordadas com o governo. No entanto, depois de ocupada, a entidade não poderia se colocar contra os trabalhadores e, geralmente, passava a apoiar a incorporação da indústria na área nacionalizada.

Allende condenou publicamente as ações de ocupação, na Mensagem presidencial ao Congresso pleno em 21 de maio de 1972:

Hoje, em meio a um processo de mudanças tão radicais, não é estranho que experimentemos os efeitos das causas profundas que se traduzem em ocupações de prédios e estabelecimentos industriais [...]. Esperamos que os revolucionários percebam as novas condições do país, as contradições que tem surgido, as possibilidades que estão abertas e rechacem em definitivo as condutas espontaneístas que atrapalham o êxito das grandes metas do processo. É a confiança em um governo que tem sabido e saberá cristalizar em ações as reivindicações populares.⁴

Os operários tinham pressa e não lhes interessava se as indústrias na qual trabalhavam estavam entre as prioridades de estatização estabelecidas pelo governo. Entendiam que era a luta política e a pressão do movimento popular o que as colocariam na pauta governamental. Ao contrário de experiências anteriores que viam na desestruturação do mundo de trabalho e na desagregação das formas de proteção social fatores para impulsionar a solidariedade territorial, no Chile do governo Allende, foi justamente o processo de inclusão e de mobilização das camadas mais baixas por meio de propostas governamentais que acabaram por estimular novas pautas de reivindicação e de novas formas de organização popular. Apesar das divergências com o governo, os trabalhadores das indústrias ocupadas sabiam da necessidade de continuidade do governo Allende para prosseguimento das mudanças estruturais no país.

Patrício Palma, diretor da Dirinco, (*Dirección Nacional de Indústria y Comercio*) do Governo Popular lembra que a principal dificuldade da UP foi justamente colocar limite entre o “desejo” e a possibilidade concreta de realização. Em entrevista, nos apresenta um exemplo, desses dilemas:

[...] um dos grandes problemas foi colocar limite a esses processos (de ocupação). Então aí se produzia uma tensão, uma contradição, porque o processo não poderia ir tão rápido, sem resolver alguns problemas políticos. Então tinha que explicar aos trabalhadores, porque sempre perguntavam: “porque os do lado sim e nós não?” E tinham toda a razão, mas nós também tínhamos razão em dizer a eles: “é que não se pode ir mais rápido do que as forças disponíveis no país permitem, porque isso significava criar uma fronteira de adversários que colocava

em risco outras questões”. Então era um problema muito difícil de resolver, o interesse particular com o interesse coletivo, a vezes se produzia esse conflito, e nem sempre era possível resolve-lo bem. Eu tinha uns amigos que trabalhavam em um restaurante. Eles pensaram que o restaurante poderia ser da área social, e eu dizia: “não pode. E tentava explicar a eles qual seria o benefício para a revolução em ter um restaurante nacionalizado?” Claro que ocuparam o restaurante, houve muito conflito com comércio da região. Esse exemplo deixa claro que, arbitrar em um processo destas características é muito difícil. Não é só um ato de vontade ou desejo, também há certa realidade objetiva, onde se pode atuar.⁵

Esse tipo de situação relatada por Patrício Palma ocorreu durante todo o governo da UP. O governo teve que enfrentar os limites do processo conjugado com as diferenças culturais da classe trabalhadora, com a pressa por mudanças e com o imaginário coletivo que bastava ter vontade política para resolver os problemas. Allende pedia calma e respeito às decisões da UP.

Ao longo do processo, esse será um dos problemas de maior divergência entre a esquerda.

Área nacionalizada e o impacto na organização das novas relações de trabalho.

Existia uma grande expectativa, por parte do operariado, quanto ao processo de nacionalização das indústrias por representar a possibilidade de mudanças importantes nas relações de trabalho e no processo produtivo. As relações entre proprietários (que agora era o Estado), administradores e operários já sofreriam mudanças, não somente em seu nível hierárquico, mas principalmente no seu significado simbólico. A figura tradicional do empregador se viu transferida para a figura do Estado, simbolizada pelo “compañero presidente” e representando a chegada dos trabalhadores na condução da estrutura produtiva.

Era recorrente nos discursos das lideranças sindicais, e do próprio Allende, a afirmação de que a empresa estatizada pertencia não mais ao empresário, mas ao povo, aos trabalhadores. Assim, para todos os setores da esquerda (com diferentes nuances) a APS era vista como germe do socialismo.

Para trabalhadores e governo, as mudanças na condução do processo produtivo confrontariam o método taylorista de produção, que separava a concepção da realização e transformava o trabalhador em um mero executor que desconhecia o significado global do seu trabalho. O desafio era incorporar os trabalhadores enquanto condutores e executores da política estatal nas indústrias, possibilitando a discussão coletiva de toda dinâmica produtiva, fortalecendo os sistemas de representação, incentivando a criatividade e desenvolvendo projetos específicos de capacitação por área de trabalho.

Para o trabalhador, esse processo significaria o rompimento definitivo com as antigas estruturas dentro das fábricas. Agora era possível opinar, discutir, divergir sobre o processo produtivo com objetivo de colaborar com o êxito do governo. Por mais que as relações capitalistas não tivessem mudado, a forma como o trabalhador lidava com o seu cotidiano na fábrica era distinto de outros períodos.

A declaração abaixo realizada por um operário têxtil aos pesquisadores Espinosa e Zimbalist demonstram as mudanças no seu cotidiano em relação à função que desempenhava dentro de uma indústria, a partir do momento em que foram mais valorizados e estimulados a entenderem e a utilizarem a criatividade no processo produtivo:

Antes, precisava ser estrangeiro para ser importante nesta fábrica. Antes recebíamos ordens para funcionar as máquinas ou para repor peças. Ninguém nos consultava, jamais [...] Agora nos entendemos com os camaradas supervisores, quem nos dão a oportunidade de expor nossas ideias e discuti-las e colocá-las em prática [...].⁶

Assim, um novo sistema de trabalho estava em desenvolvimento, assim como novos preceitos de disciplina interna. O sentimento de “ser” operário parecia romper com as barreiras impostas pelo trabalho compartimentalizado e individualizado, para gerar um processo de colaboração no interior da classe e entre classe e governo. Não havia fórmulas, nem experiências anteriores para se apoiarem. Usaram principalmente da criatividade para motivar novas relações sociais de produção e para incluir todos os trabalhadores neste novo momento inaugurado pela estatização das empresas.

Segundo estudo de Espinosa e Zimbaliste (1984) realizado em 35 indústrias estatizadas entre os anos de 1972 e 1973 pode-se tirar algumas conclusões no que diz respeito ao comportamento dos trabalhadores, da direção da empresa e às mudanças no sistema produtivo: a) a atuação social e econômica da empresa tendeu a associar-se positivamente com o nível de participação dos trabalhadores, ou seja, a participação aumentou a produtividade, os investimentos do governo, diminuiu o número de faltosos, de produtos defeituosos e abandono do trabalho; b) criou-se um clima de liberdade nas indústrias e manutenção da abolição dos supervisores, dos antigos sistemas de controle e da rigidez na disciplina interna. Em algumas indústrias houve certo descontrole interno, como faltas excessivas, priorização das atividades políticas em detrimento do processo de produção. Mas a maioria tendeu para avanços rápidos na disciplina e na organização acima da média de funcionamento, se comparada com o período anterior ao da adoção do sistema de participação. c) instituíram mudanças para diminuir as disparidades existentes entre os salários mais altos e mais baixos, diminuindo o desnível entre as categorias; d) aumento da produtividade; e) a área nacionalizada também foi a que mais investiu em melhorias sociais para os trabalhadores, como instalações médicas, restaurantes, cooperativas de consumo, bibliotecas, campos desportivos, etc; f) as empresas que

apresentavam um sistema de participação mais desenvolvido, geralmente eram onde os trabalhadores mais se mobilizavam para pressionar o governo para aprofundar as experiências democráticas do Estado.

Entretanto, essa nova possibilidade de mudanças era possível somente nas empresas nacionalizadas e mistas, no qual a figura do empresário/patrão seria transferida para figura do interventor que representava o governo popular.⁷

Na medida em que o processo de estatização avançava, os trabalhadores reforçavam seu papel protagonista. As inovações tecnológicas realizadas pelos trabalhadores das áreas nacionalizadas tornaram-se recorrentes, conforme exemplifica a revista *Mayoría*.⁸ No caso, a matéria se reportou a um exemplo específico da indústria têxtil, importante área da economia chilena, que encontrava dificuldade para comprar peças de reposição para máquinas de origem norte americana em função das retaliações do governo dos EUA ao processo chileno. Consciente do problema, dois técnicos da indústria realizaram um estudo minucioso da peça, desenharam uma nova retífica com mecanismos automáticos, tentando inclusive produzir uma mais funcional que a original. A nova peça desenhada e fabricada pelos trabalhadores “reduziu de 16 para 2 horas o tempo necessário para reparar os ‘husillos’. Na sessão Engomadora essa inovação permitiu elevar a produção mensal de 35 para 40 mil fardas.” Esta é uma experiência das diversas que foram relatadas nos meios de comunicação durante o período da UP.

O governo chegou a organizar o 1º Encontro Nacional de Inovadores da Produção com apoio da Universidade Técnica, da CUT e da Corporação de Fomento (Corfo). O Encontro reuniu cerca de 100 trabalhadores de diversas indústrias nacionais que criaram aportes à tecnologia nacional. Um dos objetivos era estimular o trabalhador a utilizar sua iniciativa criadora para resolver problemas técnicos. Após o encontro foi organizada uma Feira Nacional de Inovadores para reunir e

expor os trabalhos desenvolvidos pelos trabalhadores a todos os chilenos.

No geral, as relações sociais no local de trabalho parecem ter sido modificadas para melhor. Além da participação ativa no processo produtivo, no estímulo à criatividade, a estatização das indústrias possibilitou a implantação de antigas reivindicações do movimento sindical, como, por exemplo, a construção de refeitórios e berçários para os filhos dos trabalhadores, formação de cooperativas de consumo, casas de descanso ou de veraneio, instalação de clínicas médicas, dentais e de primeiros socorros, desenvolvimento de atividades culturais e desportivas. Assim, em um curto período de tempo, as mudanças dentro das indústrias foram enormes, conforme relatos de alguns operários, demonstrando que era possível implantar melhorias de acordo com as demandas apresentadas pelos sindicatos e efetivadas pelos gestores das indústrias nacionalizadas:⁹

Criamos um berçário, contratamos uma babá para cuidar das crianças enquanto suas mães trabalhavam... criamos refeitórios para que todos juntos, operários e empregados pudessem almoçar, com horários evidentemente para que a produção não fosse paralisada. Os salários aumentaram racionalmente, isso conversamos com o governo e o governo nos autorizou dar o aumento. Não conseguimos fazer muito, porque o período foi curto. Mas houve uma mudança significativa para o trabalhador, principalmente para os operários.¹⁰

[...] a pesar do pouco tempo, se estabeleceu um restaurante como boa comida. Depois instalamos no interior da indústria um Consultório Médico com enfermeira, médico. Tínhamos uma biblioteca. Desenvolvemos e aprofundamos a cultura dos trabalhadores em todos os âmbitos, tínhamos um grupo de teatro, grupo de folclore, biblioteca, enfim começamos a desenvolver todas as expressões da cultura. Claro que os salários foram melhorados. Tivemos um salto quantitativo e qualitativo nas condições dos trabalhadores.¹¹

Outra questão fundamental para melhorar as condições de trabalho foi a implementação do programa de capacitação e qualificação dos trabalhadores com diversos acordos entre CUT e Universidade

Técnica do Estado, Universidade de Chile e Instituto Laboral (INCAP), dentre outros. O país era extremamente carente de mão de obra especializada. O governo tentava criar uma nova dinâmica no setor industrial, uma vez que o antigo sistema de trabalho não estimulava a qualificação do trabalhador. “O operário entrava como operário e saía como operário”, a preocupação não era capacitar, mas saber se o operário estava apto a desempenhar uma “série de trabalhos dentro do processo de produção.” Com as novas possibilidades do Convênio com a Universidade Técnica, o trabalhador poderia escolher uma área para se especializar, geralmente próxima a sua função na indústria. Essa possibilidade mudou as perspectivas de futuro do operariado, bastava que lhes dessem tempo e ferramentas para aprender “para que eu, de uma forma ou outra, desempenhe melhor o trabalho que estou realizando; e com isso ter melhores aspirações para o futuro, a partir do meu desenvolvimento pessoal.”¹²

Algumas Universidades também se mobilizaram para propor convênios com esse propósito, como, por exemplo, o da Faculdade de Economia Política da Universidad de Chile com a Corfo (Cooperación de Fomento a Producción) para “formação de técnicos e profissionais capazes de responder as exigências da produção nas condições e perspectivas criadas pelo processo revolucionário em nosso país.”¹³ A própria CUT realizou uma Conferência em novembro de 1972 para discutir com sindicatos as necessidades de capacitação e um plano para implantação das necessidades levantadas.

Portanto, esses avanços produzidos pela eleição de Salvador Allende no que tange a qualificação dos trabalhadores e ao sistema de participação nas indústrias foram fatores que impulsionaram o rompimento da alienação do trabalhador em relação à sua condição. Como expressou Guido Carvajal,¹⁴ eles aprenderam a se valorizar enquanto trabalhadores.

Sistema de participação dos trabalhadores industriais.

Sendo consequente com o projeto político, a UP propôs um modelo de participação dos trabalhadores chilenos na Área de Propriedade Social e Mista (APSM), como elemento essencial para construção de relações sociais socialistas. Dizia o programa da UP que toda empresa da Área Social deveria ter conselhos diretivos e comitês de produção dirigidos por operários e empregados. Seria então a base de um novo poder.

O tema da participação dos trabalhadores no processo produtivo foi apresentado pelo governo assim que assumiu o poder, tornando-se foco de discussões e tensões da sociedade chilena. Fundamentalmente, era necessário criar espaços diretos de participação que envolvesse os sindicatos e os trabalhadores nas responsabilidades do processo produtivo. Segundo Patrício Palma,¹⁵ que cumpria um papel político importante dentro do Ministério da Economia e era membro do Comitê Central do PC:

[...]o centro da discussão política no Chile era o tema dos trabalhadores, era o tema da participação, era um tema de construção de uma nova forma de organização social que sustentava o processo revolucionário de então, mas era ao mesmo tempo um tema de confrontação política entre os partidos políticos e das forças que representavam a disputa para resolver em definitiva qual era o curso do país, é dizer era um tema que envolvia todo o país, não somente a classe trabalhadora. E creio que nesses anos a discussão sobre os temas da propriedade social participou a Igreja, os partidos de oposição, os partidos do governo, os sindicatos, as instituições gremiais, os empresários, todos tinham uma opinião sobre a área social.

Logo no início do governo, no dia 7 de dezembro de 1970 foi assinado um convênio entre a CUT e o Governo envolvendo os pontos consensuais que deveriam ser implantados durante o mandato de Allende.¹⁶ Eram reivindicações históricas do movimento sindical, que, definitivamente, estariam na pauta prioritária de um governo,

umentando as expectativas dos trabalhadores em relação ao momento vivido no país. Dentre elas estava a necessidade de organizar a participação dos trabalhadores na direção das empresas.

Allende reafirmou em discurso no dia do trabalho, 1º de maio de 1971, que estava abrindo um novo horizonte para os trabalhadores, principalmente nas áreas da economia social e mista em função do sistema de participação. Os trabalhadores deixariam de ser simples assalariados para se integrar, junto com o Estado a direção das empresas, respeitando a organização sindical que, reconhecidamente deveria ter outro papel no processo político. Reafirmava ainda a necessidade de constituir os comitês de produção na área privada para ajudar no processo da batalha da produção, ou seja, da prioridade do governo que era aumentar a produção. Reafirmava:

[...] Queremos que haja comitês de produção, porque o trabalhador não é uma máquina; é um ser humano que pensa, sofre, tem esperanças e pode contribuir para a melhoria da produção, sobretudo nessas organizações.¹⁷

A UP defendia a constituição de uma gestão partilhada entre governo e trabalhador na Área de Propriedade Social e Mista (APSM), sendo o interventor, o representante político do Estado. Sua responsabilidade era fazer cumprir as diretrizes e metas produtivas estabelecidas pela área econômica do governo e, não necessariamente, deveria ter vínculo com a empresa na qual assumiria tal função. Claro que havia disputa por parte dos trabalhadores, do movimento sindical e dos partidos políticos, quanto à nomeação do interventor. Os trabalhadores e o sindicato preferiam alguém que trabalhasse na indústria, ou que já tivesse experiência no ramo de produção. Entretanto, este não era o critério mais importante para UP, causando, muitas vezes, conflitos no interior da fábrica em função da chegada de interventores políticos.

Em relação à autogestão, a UP concordava em instituí-la apenas em empresas medianas e pequenas, que tinham menor impacto no sistema produtivo do país. Essa posição era apoiada pelos partidos comunista, radical e parte do socialista. Já outra parte do PS, Movimento de Ação Popular Unificado (MAPU), Izquierda Cristiana (IC) e, inclusive, a Democracia Cristã (DC), defendiam o modelo de autogestão para todas as empresas.

É importante destacar que a posição da Democracia Cristã no governo Allende era extremamente dúbia. O projeto de lei proposto por seus senadores Hamilton e Fuentealba em 1971, que visava regular o tema, criticava a proposta do governo no sentido do processo de participação estar sempre subordinado à posição final dos administradores indicados pelo governo, no caso da empresa estatizada, ou dos empresários, no caso da empresa mista. Portanto, os proprietários conservariam a autoridade final de todas as decisões a serem tomadas. Em outro momento, na ocasião do lançamento do candidato da DC para eleições diretas da CUT em 1972, os democratas cristãos lançaram o slogan “a mudança de patrão não é revolução”. O senador Fuentealba declarou: “a figura do capitalista é substituído por outro poderoso patrão que é o Estado, os trabalhadores deveriam se unir para rechaçá-lo”.¹⁸

A DC radicalizava em seu discurso também para dividir os trabalhadores quanto à posição do governo e da CUT. Mais que formar uma área nacionalizada com um sistema de participação, a DC passou a defender a autogestão nas indústrias, sem qualquer participação governamental.

O PS, por sua vez, afirmava que o sistema de participação deveria consistir na convergência de interesses da direção e trabalhadores, em reunião com as duas partes. O PS denominava esse sistema de “codecisão” e fazia questão de afirmar que isso não significava cogestão,

esta, por sua vez, era a divisão de responsabilidades, não de decisão.¹⁹ O partido ainda orientava que, em todas as fábricas em que houvesse socialistas, dever-se-ia utilizar ao máximo os métodos de consulta direta às bases.

O sistema de participação, se não tivesse o poder, de fato, de influenciar nas decisões da direção das fábricas, como bem coloca Espinosa e Zimbalist (1984), poderia tornar-se apenas instrumento de “humanização” do trabalho, e não um instrumento para alterar as relações de produção. Como afirmam, a humanização do trabalho longe de ameaçar o controle capitalista sobre o processo de produção, promove a identificação dos trabalhadores com o capital e fortalece o controle capitalista. O fato de o Estado ser dono ou sócio majoritário de uma indústria não significava que ela deixaria de ter uma estrutura capitalista, uma vez que a circulação do capital condicionava qualquer forma de produção e expansão da massa salarial. Portanto, mais que um tema de controle da produção, discutir o sistema de participação significava discutir os limites do capitalismo e os caminhos para a transição ao socialismo.

Em maio de 1971, Governo e CUT apresentaram o documento *Las normas básicas de Participación de los Trabajadores en las Empresas del Área Social y Mixta*, que estabelecia as normas gerais para organização do sistema de participação. Segundo o documento, a participação dos trabalhadores se daria em dois níveis: a) na planificação econômica nacional, regional e setorial; b) na direção das empresas da área social e mista. No primeiro nível, a participação envolvia os representantes sindicais, como a CUT, Federações e Confederações, nos organismos superiores de planificação para discussão do plano geral para área nacionalizada. O segundo nível de participação correspondia à atuação direta dos trabalhadores no sistema produtivo do país através da elaboração, em cada indústria, de um plano de produção a ser executado.

Para a aplicação das normas básicas, deveria ser criado em todas as empresas da área social e mista²⁰ um Comitê Executivo composto de 4 representantes da CUT, 2 representantes do Ministério da Economia, 1 representante do Ministério do Trabalho, 1 representante da Oficina de Planificación Nacional (ODEPLAN) e 1 representante do Instituto Nacional de Capacitación (INACAP).

É importante afirmar que a instituição de um processo participativo no interior das indústrias, mesmo que proposto conjuntamente entre governo e CUT, pressupõem confronto, disputa política, radicalização entre as esferas governamentais e os sindicatos locais. Portanto, não foi um processo pacífico, no qual as regras funcionassem perfeitamente. Era um processo, acima de tudo, de conflito. O movimento sindical e partidos políticos disputavam a eleição dos representantes das indústrias e, ainda, pressionavam o governo para escolher um interventor entre os próprios funcionários e alinhado com a postura do grupo político majoritário no sindicato e na indústria. Em outras palavras, a partir da implantação do sistema participativo, parte das diferenças entre as linhas políticas dos partidos e do movimento sindical se transferiu para a eleição dos representantes na indústria. A eleição destes representantes era realizada diretamente nas assembléias sindicais de base e era vedada a candidatura de dirigentes sindicais, justamente para preservar a independência sindical.

O sistema de participação era complexo e atingia níveis diferenciados de organização dos trabalhadores e do processo produtivo. Chegou-se, inclusive, a distinguir a forma de participação naquelas empresas com uma ou mais unidades de produção. Mas, no geral, a ideia central era responsabilizar ao máximo o trabalhador em relação a todo sistema produtivo de uma indústria e superar as tradicionais formas de reivindicação de caráter economicista que, para Allende, correspondia a um movimento sindical opositor aos governos burgueses. Tentava-se

estabelecer um vínculo efetivo entre produtividade e salário. Segundo a ex Ministra do Trabalho, Mireya Baltra:²¹

Os Comitês de Produção continha em sua essência o reforço da disciplina do trabalho consciente e iniciava um novo tipo de relação de produção onde os trabalhadores eram donos da sua força material. Portanto, dignificando-o e enobrecendo-o.

É importante ressaltar que, pela proposta, o governo sempre teria maioria nas instâncias de decisão do sistema participativo, fato que estimulou a discussão do processo de cogestão e autogestão nas indústrias e da própria finalidade da participação dos trabalhadores no processo.

Na prática, acreditava-se que o sistema de participação dos trabalhadores, se de fato implementado, seria um passo importante para a constituição do poder popular, como previa o Programa da UP.

O sistema de participação pode ser visualizado através do organograma abaixo:²²

Figura 1 – Estrutura de Participação dos Trabalhadores na Área Social e Mista
Structure of Workers' Participation in the Social and Mixed



Na prática, o Conselho de Administração e os Comitês de Produção foram os principais organismos de participação. O primeiro era o organismo superior de todo o sistema, e onde se tomavam as decisões de uma empresa. Integravam o conselho 5 representantes do Estado, 5 representantes dos trabalhadores (3 da produção, 1 administrativo, 1 trabalhador profissional ou técnico), 5 representantes estatais e 1 administrador designado pelo Estado que presidia o Conselho. Todos tinham direito a voz e voto. Os representantes dos trabalhadores no Conselho de Administração eram eleitos em assembleia geral e, por maioria dos votos, a assembleia era soberana para destituí-los de seus mandatos com duração de 2 anos. Os Comitês de Produção se reuniam semanalmente e eram compostos por 3 a 7 membros. Os

representantes eram eleitos por todos trabalhadores da seção e elegiam entre eles um presidente que se encarregaria de coordenar o conselho. Esta instância não era deliberativa, entretanto, era ali, de fato, que eram elaboradas as “sugestões” e “apontamentos” para melhoria nas condições de trabalho e na qualidade da produção. Todas as reuniões deveriam ocorrer após o horário do trabalho, inclusive a assembléia geral, para não interromper o processo produtivo. Os representantes eleitos não recebiam nenhum benefício salarial ou de qualquer espécie. Era um trabalho voluntário.

A preocupação dos trabalhadores e, principalmente, dos sindicatos locais era que, de fato, houvesse uma influência efetiva das discussões realizadas nas assembleias com os trabalhadores e as decisões implantadas pelo Conselho de Administração. Esse seria um fator decisivo para que a participação não fosse algo formal, que se limitasse apenas em discussões sem resultado prático nos encaminhamentos da política da empresa, o que certamente implicaria na falta de comprometimento dos trabalhadores na “batalha da produção.”

No entanto, muitos sindicalistas também desconfiavam deste sistema por deixar de fora a liderança sindical, uma vez que não poderiam se candidatar para nenhum cargo de representação do sistema de participação. A preocupação do governo era separar as demandas da fábrica e do governo com as reivindicações dos trabalhadores. Em tese, a ideia era preservar a autonomia do movimento sindical em relação à administração da empresa. Apesar do sindicato ter um papel importante no sistema, ponderava-se que os comitês deveriam se preocupar somente com a gestão do sistema produtivo. Portanto, esperava-se dos representantes maturidade para separar necessidades da fábrica e do governo das demandas dos trabalhadores.

Houve vários casos de conflitos entre as decisões tomadas pelo sistema de participação interna e os sindicatos. O problema, portanto,

era resolver o impasse de como fazer prevalecer os interesses do governo popular conjugado com os interesses e exigências locais das categorias. A sutileza do controle desse processo estava entre as principais preocupações da UP.

Há indícios de que pouco se criou de distinto às normas apresentadas pelo governo, apesar das críticas de muitos setores ao sistema de participação. Na maioria das empresas nacionalizadas, apenas dois comitês funcionaram conforme previsto: os Comitês de Produção e o Conselho Administrativo, enquanto as assembleias dos trabalhadores aconteciam de acordo com as necessidades do sindicato.

Um dos elementos que dificultou o processo de participação foi a estrutura sindical nas empresas onde havia mais de dois sindicatos, o que era permitido pelo código de trabalho. Essa questão gerava problemas na identificação do papel de cada um no processo, e, por isso, a CUT insistia na constituição de sindicatos únicos na empresa. Outra dificuldade foi o papel das Federações que participavam da estrutura da Central, mas estavam fora do sistema de participação. Um terceiro elemento de problemas estava relacionado à falta de qualificação dos trabalhadores para assumir alguns níveis da gestão da indústria. Um quarto elemento relacionava-se com a falta de informação sobre o sistema nas bases. É dizer, que o processo estava restrito aos líderes sindicais. Um quinto problema estava relacionado a postura de alguns interventores que dificultavam a organização do sistema de representação para concentrar o poder de decisão a um seletivo grupo de administradores da empresa. Quer dizer, o próprio sistema gerava vícios internos que necessitava de urgente correção.²³

Para Julio Faúndez (1979), a decisão do governo, em manter duas formas de representação do trabalhador através do sindicato e representantes escolhidos em assembleia, acabou por provocar confusão entre os trabalhadores e ressalvas entre alguns dirigentes sindicais, pois

havia no mínimo três instâncias que pretendiam representar os interesses dos trabalhadores: o comitê coordenador, conselho administrativo e o sindicato. Entretanto, aqui estava um problema importante que refletia também os limites do processo. Os sindicalistas tinham receio que a nova forma de participação gerasse estruturas alternativas de poder paralelo ou que sobrepassassem o sindicato. Assim, criticava-se qualquer atuação que colocasse em risco a hegemonia do aparato sindical.

Ao mesmo tempo, recriminavam a concentração das decisões no Conselho de Administração, no qual o governo era maioria. Na prática muitas discussões realizadas nos comitês de produção tornavam-se mera formalidade, uma vez que a opinião do interventor no Conselho Administrativo era, quase sempre, a opinião final. Era, portanto, um sistema de coadministração em que a palavra do governo sempre seria a decisiva.

Segundo o engenheiro e gerente geral da Distribuidora Nacional del Cemento (DINACEM) e interventor da indústria FENSA, Andres Varela, houve grandes dificuldades de funcionamento do esquema de participação, entretanto, ele reafirma que esta possibilidade significou aos trabalhadores alcançar a sua dignidade, porque passaram a se sentir atores diretos do processo e se entregaram para superar as dificuldades. Essa talvez tenha sido, na opinião do interventor, o grande significado do processo de participação. Mas reafirma que faltou tempo, já que o governo só teve mil dias, para colocar em funcionamento plenamente as diversas instâncias. Houve também falta de conhecimento, de coordenação e certa tendência ao excesso de reuniões.

Os espaços de participação também se tornaram privilegiados para a disputa política entre partidos e movimentos, uma vez que ali se concentrava o eixo do novo projeto. Assim, para alguns setores da esquerda, MIR e esquerda do PS, o sistema de participação deveria ser o início de um processo de funcionamento da empresa desde a base e

“criar novas instancias de participação, mais democráticas, mais abertas em todos os âmbitos e isso acompanhado de uma permanente mobilização para defender o próprio processo e o próprio governo.”²⁴
Segundo Mário Olivares, na experiência que lhe tocou participar:

Os companheiros socialistas que tinham posturas mais próximas as nossas (miristas), também começamos a vivenciar confrontações a respeito do problema de como administrar a empresa, o problema do poder e da representatividade. Então, havia confrontações com o setor da esquerda reformista particularmente com o Partido Comunista. Eles diziam que a tarefa principal de uma fábrica que estava estatizada ou sob intervenção pelo Governo de Allende era a produtividade. Eles não reivindicavam diretamente que estas indústrias estivessem nas mãos e sob o controle da gestão dos trabalhadores.²⁵

Ainda para Olivares, o sistema de participação delineado pelo acordo CUT-Gobierno era muito paternalista, formal e compartimentalizado. A alternativa a essa forma centralizada e hierárquica só se daria efetivamente com a organização dos Cordones Industriales e com uma maior gestão operária em todas as instâncias da fábrica.

Contudo, é inegável a importância do processo de criação da APS e das propostas de participação como fatores que incentivaram a mobilização da classe. Para a esquerda a principal questão era como organizar os trabalhadores industriais de forma a gerar um embrião do poder popular, para trabalhadores significava a possibilidade de mudar, para melhor, sua condição de trabalhador. De todas as maneiras, a discussão sobre o sistema participativo proposto pelo governo foi o ponto de partida para, na prática, desenvolver a discussão dos rumos e limites do processo de organização de um futuro estado socialista.

Notas

* Doutora e professora na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. E-mail: elisa.borges@ufvjm.edu.br/ elisacborges@gmail.com

¹ Mario Olivares, entrevista realizada em: 10 nov. 2009.

² A UP conseguiu aprovar no parlamento chileno a nacionalização da “Gran Minería” em 11 de julho de 1971 por unanimidade.

³ Chile Hoy, año I, nº 4, Santiago, Semana 7 al 13 de Julio de 1972.

⁴ *Mensaje del presidente Allende ante el Congreso Pleno*. 21 may, 1972. Disponível em: <http://www.ceme.cl>. Acesso em: 10.01.2010.

⁵ Patricio Palma, membro do Comitê Central do Partido Comunista do Chile, foi assessor do ministro da economia Pedro Vuskovic e Diretor da Dirinco (Dirección Nacional de Industria y Comercio) no governo Allende. Entrevista realizada pela autora em: 11 nov. 2009.

⁶ Segundo os autores, este trabalhador inventou um revelador para máquina “hiladora” que custava 100 escudos (cerca de dois dólares na época), havendo uma economia de aproximadamente dois mil dólares por ano em redução de importações. Cf. ESPINOSA, Juan; G. E. ZIMBALIST, Andrew S. *Democracia Económica. La participación de los trabajadores en la industria chilena 1970-1973*. Mexico. Fondo de Cultura Económica, 1984. p. 191.

⁷ Geralmente o interventor era um militante político dos partidos que compunham a Unidade Popular.

⁸ Mayoría, año 1, nº2, Santiago, 27 de octubre de 1971.

⁹ O impacto das mudanças foi tão positivo, que minutos após o golpe militar, Pinochet, com intuito de ludibriar os trabalhadores, comunicou que não suspenderia nenhum dos benefícios adquiridos durante a UP, o que, obviamente, não resistiu às reformas neoliberais implantadas principalmente a partir de 1975 e, em especial, às reformas trabalhistas propostas pelo então Ministro do Trabalho e Previdência Social, José Piñera Echeñique, em 1979.

¹⁰ Leonel Zúñiga García, socialista, trabalhava na empresa Vinos de Chile, participou do sindicato de empregados da empresa. Entrevista realizada pela autora em: 19 nov. 2009.

¹¹ Mario Olivares Ríos, mirista, sindicalista, trabalhador da empresa Muebles Histon localizada no Cordón Vicuña Mackenna. Entrevista realizada pela autora em: 10 nov. 2009.

¹² Marcel Carrasco Valdivia, sindicalista e militante do MIR, operário de produção da empresa NOVIC localizada no Cordón Mapocho. Entrevista realizada em: 24 nov. 2009.

¹³ Chile Hoy, nº 50, Santiago, Semana de 25 al 31 de mayo 1973, p. 14.

¹⁴ Guido Carvajal é comunista e foi dirigente do grêmio gráfico localizado no Cordón Vicuña Mackenna. Entrevista realizada pela autora em: 30 out. 2009.

¹⁵ Patricio Palma, comunista, Diretor do Departamento de Indústria e Comércio do Ministério da Economia. Entrevista realizada pela autora em: 11 nov. 2009.

¹⁶ ZAPATA, Francisco. *Las relaciones entre el movimiento obrero y el gobierno de Salvador Allende*. México. Centro de Estudios Sociológicos, 1976, p. 81.

¹⁷ ALLENDE, Salvador. El futuro de la Revolución Chilena está en manos de los trabajadores. Santiago, 1º de maio de 1971. In: QUIROGA, Patricio. Salvador Allende. *Obras Escogidas 1970-1973*. Santiago. Crítica, 1989, p. 65.

¹⁸ El Siglo, Santiago, 23 de mayo de 1972.

¹⁹ Partido Socialista: Elementos a considerar para la política de participación de los trabajadores en la empresa industrial. (sin fuente, probablemente mayo-junio de 1971). In: FARIAS, Victor. *La izquierda chilena (1969-1973): Documentos para el Estudio de su línea estratégica*. Santiago. CEP, 2001, p. 841.

²⁰ Não se tem controle se foram criados essas estruturas em todas as empresas da área nacionalizada e mista. Nenhuma bibliografia pesquisada apresenta com exatidão números ou informações nesse sentido.

²¹ Baltra, 2008

²² ESPINOSA; ZIMBALIST, 1984.

²³ VVAA. El movimiento popular y la via chilena al socialismo 1970-1973., In: *Cuadernos de historia popular*. N° 10, serie historia del movimiento obrero, tomo IV, Santiago Chile. Ed. Taller nueva historia del Centro de Estudios del Trabajo CETRA/CEAL y Eco, Educación y Comunicación, 1980, p. 43.

²⁴ Mario Olivares, entrevista realizada pela autora em: 10 nov. 2009.

²⁵ *Ibid.*

Data de envio: 14/07/2013

Data de aceite: 18/07/2013